

08 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Gilmar Mendes critica juiz Moro por 'alongadas prisões'

Para ele, detenções por prazo longo conflitam com jurisprudência da corte

Declaração foi dada na véspera de julgamento de um pedido de liberdade feito por Eduardo Cunha

LETÍCIA CASADO
DE BRASÍLIA

Na véspera do julgamento de um pedido de liberdade feito por Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), levantou a discussão sobre as prisões determinadas pela Lava Jato em Curitiba, onde o caso é conduzido em primeira instância pelo juiz Sergio Moro.

“Temos um encontro marcado com as alongadas prisões que se determinam em Curitiba. Temos que nos posicionar sobre este tema que conflita com a jurisprudência que desenvolvemos ao longo desses anos”, disse Mendes, em sessão da Segunda Turma, colegiado que julga a Lava Jato no STF.

Foi a primeira sessão com a presença de Edson Fachin, novo relator do caso em substituição a Teori Zavaski, morto no dia 19.

Presidente da Segunda Turma, Gilmar Mendes abordou o assunto das prisões em Curitiba após o julgamento de um pedido de liberdade feito por outro réu preso na operação, João Cláudio Genu.

Antigo assessor do ex-deputado federal José Janene (PP), que morreu em 2010, Genu foi condenado em dezembro a oito anos e oito meses de prisão por 11 crimes de corrupção passiva e associação criminosa na Lava Jato.

No fim de 2016, Teori chegou a colocar a ação de Cunha na pauta da Segunda Turma, mas, sem explicar os motivos, retirou a ação e decidiu levar o caso para ser avaliado pelo plenário, que reúne todos os ministros.

Embora o recurso de Cunha esteja na pauta, sua votação não está garantida.

Ministros avaliam nos bastidores que o ideal seria evitar a votação para não desgastar a imagem da corte em caso de uma eventual decisão favorável a Cunha, logo após a volta dos trabalhos da Lava Jato e após a morte de Teori, que determinou o afastamento de Cunha da presidência da Câmara no ano passado.

'Ó DO BOROGODÓ'

Não é a primeira vez que Mendes critica ações da Lava Jato em Curitiba.

No ano passado, o ministro disse que os investigadores precisavam calçar “sandálias da humildade” e não podiam se achar o “ó do borogodó”.

A ação de Cunha que será

analisada no STF corre em segredo de Justiça. O conteúdo, portanto, está sob sigilo.

Segundo a defesa do peemedebista, os argumentos que o Ministério Público Federal usou para pedir a prisão de Cunha ao juiz Moro já haviam sido analisados pelo ministro Teori em junho,

quando a Procuradoria-geral da República pediu sua prisão e a de outros caciques do partido — os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Romero Jucá (PMDB-RR), além do ex-presidente José Sarney (PMDB-AP).

Assim, como os argumentos já haviam sido analisados e o pedido negado, não poderiam ser usados novamente em outro pedido de prisão, diz a defesa.

MÉTODOS DA LAVA JATO

Em uma ação protocolada pelo PT no STF, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, se manifestou a favor da condução coercitiva — instrumento que tem sido bastante utilizado na operação Lava Jato e que é questionado pelos investigados.

Na ação, o PT questiona a condução coercitiva para realização de interrogatório e argumenta que a norma viola os preceitos fundamentais da liberdade individual e o direito de não auto-incriminação.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

08 FEV 2017

O ex-presidente Lula foi alvo de condução coercitiva em 4 de março de 2016. Ele foi levado a prestar depoimento em uma sala do aeroporto de Congonhas. O ato provocou comoção popular e protestos no local, e foi duramente criticado pela defesa do ex-presidente.

Ao STF, Janot defendeu a medida, que tem como finalidade “investigar processar e, se for o caso, punir responsáveis pela prática de condutas criminosas, sempre respeitadas as garantias constitucionais dos indivíduos”.

O último balanço da Lava Jato informa que, apenas na primeira instância (medidas autorizadas pelo juiz Moro), foram realizadas 197 conduções coercitivas.

AS PRISÕES DA LAVAJATO

Maioria dos presos no Paraná já foi condenada por Sergio Moro

21

pessoas ainda estão presas

79

prisões preventivas decretadas

260

pessoas denunciadas

170*

prisões, em 37 fases, desde março de 2014

Alguns dos réus da Lava Jato que permanecem presos

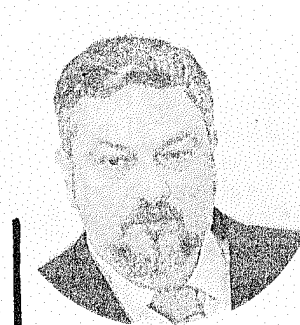
políticos



José Dirceu,
ex-ministro, preso desde agosto de 2015



Eduardo Cunha,
ex-presidente da Câmara



Antonio Palocci,
ex-ministro

CONTINUA

08 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

OPERADORES



João Henriques, preso desde setembro de 2015



Adir Assad

EMPRESÁRIOS

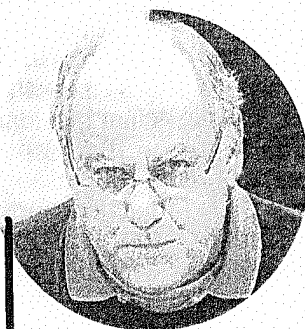


Marcelo Odebrecht, ex-presidente da Odebrecht



Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS, foi preso em 2014, solto e voltou à cadeia em setembro de 2016

DIRETORES DA PETROBRAS



Renato Duque, preso desde março de 2015



Jorge Zelada

08 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Em depoimento a Moro, Cunha diz ter aneurisma e reclama da prisão

Ex-deputado leu carta a juiz em que classifica a
Operação Lava Jato como um processo político

**Peemedebista pediu
para responder
processo em liberdade e
reclamou de serviço
médico do presídio**

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

Em audiência nesta terça-feira (7), o ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) leu uma carta ao juiz Sergio Moro em que afirma ter um aneurisma, reclama da falta de tratamento médico e diz que os presos da Operação Lava Jato correm risco nos presídios.

No texto, ele classifica a investigação como um processo político, já que, segundo ele, empresas estrangeiras não são punidas.

“Estamos com um processo político aqui. Empresas estrangeiras, eu quero protestar, são poupadas de responsabilização e empresas brasileiras pagam milhões no exterior, além da perda de mercado”, declarou.

“Falo com a autoridade de quem foi responsável pelo impeachment da ex-presidente da República para defender a legalidade do nosso país. Não é a minha prisão que vai me impedir de elencar minhas opiniões”, acrescentou.

Cunha escreveu a carta de próprio punho, em folhas de caderno, em sua cela no Complexo Médico Penal, em Pinhais, onde está detido há quase quatro meses.

Sobre o aneurisma, o ex-deputado disse “sofrer do mesmo mal que acometeu a ex-primeira-dama Marisa Leticia, um aneurisma cerebral”.

E diz: “O presídio onde ficamos não tem a menor condição de atendimento se alguém passar mal. São várias as noites em que presos gritam, sem sucesso, por atendimento médico, e não são ouvidos pelos poucos agentes que lá ficam à noite”.

Para Cunha, ele e outros presos na Lava Jato estão “absolutamente em risco” porque “misturados a presos condenados por violências inimizáveis”. Disse que o tratamento na prisão é “respeitoso e com condições dignas”, mas reclamou que “não há cumprimento à lei de execuções penais”.

Por fim, pediu a Moro para responder ao processo em liberdade.

“Que os verdadeiros culpados sejam punidos, e respeitado o contraditório, a lei e o devido processo legal, e que não haja antecipação de cumprimento de pena por prisão

cautelar, ao arrepio da lei”.

Esta foi a primeira vez em que ele falou a Moro. A audiência durou três horas.

O ex-deputado é réu sob acusação de receber R\$ 5 milhões de propina em contas na Suíça, abastecidas com dinheiro de contratos de exploração de petróleo da Petrobras na África. Ele teria intercedido em favor da empresa vencedora do negócio.

Cunha nega irregularidades e diz que as contas pertencem a trusts (instrumento jurídico usado para administração de bens e recursos no exterior) e foram abastecidas com recursos lícitos.

O político tem acompanhado pessoalmente todas as audiências do processo —o que não é comum a outros réus presos na Lava Jato. Em ocasiões anteriores, fez anotações e cochichou instruções aos defensores, durante os depoimentos de testemunhas.

08 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Na berlinda

Temer opta pelo desgaste de indicar ao STF Alexandre de Moraes, cuja imparcialidade, em especial no processo da Lava Jato, será questionada

A indicação de Alexandre de Moraes para o Supremo Tribunal Federal, na vaga de Teori Zavascki, está longe de beneficiar-se dos sentimentos gerais —ainda que se reconheça, no meio jurídico, a sua produção como constitucionalista.

Com diversos membros da sua equipe de governo e de sua base parlamentar mencionados em delações da Lava Jato, seria recomendável que o presidente Michel Temer (PMDB) se decidisse em favor de um nome mais técnico, e menos polêmico, que o de seu próprio ministro da Justiça.

Não se fala aqui do currículo profissional de Moraes, do qual emerge um punhado de episódios e circunstâncias desconfortáveis, a que é preciso, contudo, não conferir importância exagerada.

Não parece decisivo, para julgar suas opiniões, o fato de que tenha apresentado em sala de aula um notório problema sobre a tortura —a saber, o de qual deveria ser a conduta das autoridades caso um terrorista preso dispusesse de informações cruciais a respeito de um atentado iminente.

Questões desse tipo, em ambiente acadêmico, podem ter utilidade como estímulo a uma argumentação fundamentada em favor dos direitos humanos, não se

confundindo com o apoio a uma prática bárbara e ilegal.

Nem por isso a Polícia Militar de São Paulo —antes, durante e depois da passagem de Moraes pelo cargo de secretário da Segurança Pública— se dissocia de recorrentes incursões na truculência.

Como grande parte dos advogados de renome, Moraes teve entre seus clientes personalidades a quem não cairia bem o manto da candidez. Tampouco esse fato, por si só, daria consistência a temores de que, no STF, sua atuação careça de imparcialidade ou de rigor.

Sendo irrevogável, a aprovação de um ministro pelo Senado tende a reforçar sua independência frente às forças que o nomearam.

Todavia, filiado ao PSDB e deixando um cargo de confiança do presidente da República para assumir uma cadeira no tribunal (numa prática que, em tese, condenara anteriormente), Moraes terá, sem dúvida, mais dificuldades para demonstrar a imparcialidade e o rigor que dele se esperam.

Se a indicação de seu nome deve ser vista sem extremos de prejulgamento e passionalidade, é inegável que tampouco projeta a sensação de confiança de que, em plena crise ética e política, as instituições brasileiras estão a carecer.

Temer, é visível, preferiu desgastar-se perante a opinião pública a contrariar a preferência de seus aliados. Seu escolhido, com carreira partidária estabelecida e poderes de revisor da Lava Jato no plenário do Supremo, viverá na berlinda.

08 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Plano de emergência

BRASÍLIA - Há nove dias, a ministra Cármen Lúcia validou as delações de 77 executivos da Odebrecht. A aproximação do tsunami levou o governo a acionar o plano de emergência. A ordem agora é reforçar os diques e tentar proteger os amigos com boias e botes salva-vidas.

A primeira medida foi tomada na sexta-feira (3), com a criação de um ministério para dar foro privilegiado a Moreira Franco. A segunda é a indicação de Alexandre de Moraes para a vaga deixada por Teori Zavascki no Supremo Tribunal Federal.

O presidente Michel Temer prometia nomear um “técnico” para a corte. Ao anunciar a escolha, indicou que sua prioridade é outra. O governo optou por um juiz de confiança e disposto a enfrentar a opinião pública nos julgamentos da Lava Jato.

O futuro do grupo que comanda o país depende dos próximos passos da corte. Nos próximos meses, o STF vai se deparar com ao menos duas encruzilhadas: o que fazer com réus condenados em segunda instância e com os políticos e empreiteiros presos em Curitiba.

Os julgamentos indicarão se a Lava Jato será mesmo diferente ou repetirá o enredo de operações como a Castelo de Areia e a Satiagraha, que avançaram contra poderosos até serem fulminadas nos tribunais superiores de Brasília.

Nesta terça (7), o ministro Gilmar Mendes sinalizou uma possível mudança de vento no Supremo. “Temos um encontro marcado com as alongadas prisões que se determinam em Curitiba”, afirmou. A frase reacendeu as esperanças de quem pretende fazer da morte de Teori um ponto de virada na Lava Jato.

Gilmar é o ministro do Supremo mais alinhado ao governo. Ao patrocinar a candidatura de Moraes, demonstrou sua influência e engrossou sua bancada na corte. Não é um reforço qualquer. O novo ministro será o revisor das ações da Lava Jato no plenário. Isso inclui uma eventual denúncia contra Temer, citado 43 vezes numa só delação.

08 FEV 2017
FOLHA DE S. PAULO
No STF, mais sorte que juízo

EDUARDO OINEGUE

Sabatina para vaga no STF não oferece riscos. Um bom desempenho na Corte tem mais a ver com sorte do que com o processo de seleção

Há alguma passagem na sua vida pessoal que possa embarçar sua família ou o presidente? Consegue pensar em alguém que tivesse motivos para se opor à sua indicação?

Integrou clube ou organização que discriminasse pessoas por motivos raciais, sexuais ou religiosos? Foi investigado pela Receita Federal? Já comprou ou vendeu pornografia? Bebeu e, em seguida, dirigiu? Consumiu drogas?

Consultou-se com psiquiatra, psicanalista ou psicólogo? Contraiu doença venérea? Abusou de crianças? Envolveu-se em desavenças com seus vizinhos?

Essas e outras 300 perguntas integram o questionário respondido por Anthony Kennedy na primeira etapa de sua indicação para a Suprema Corte, em 1987, no governo Ronald Reagan. Enfrentaria em seguida uma entrevista de três horas com assessores da Casa Branca, e mais dez horas com o FBI.

Só então seria anunciado e liberado para a sabatina no Senado, que levou dois dias.

Por que esse exagero? Porque a indicação presidencial, nos Estados Unidos, não é garantia de vitória. Um descuido e o candidato pode ser rejeitado no Senado. Kennedy foi o terceiro indicado de Reagan. O primeiro, Robert Bork, trombou depois de ser técnico e arrogante na sabatina.

“Na próxima vez vamos lembrar que estamos diante do povo americano, não de uma convenção de juristas”, analisou um auxiliar de Reagan. O segundo, Douglas Ginsburg, renunciou quando veio a público que fumara maconha como professor assistente em Harvard.

Em 228 anos, 161 nomes foram indicados para a Suprema Corte. Desse, 47 caíram, feito Ginsburg, ou foram rejeitados, como Bork.

A maratona extenuante é a forma americana de aumentar a chance de vitória. O relatório final com as informações prestadas por Sonia Sotomayor, indicada por Barack Obama em 2009, contém 5.000 páginas. Agora será a vez de Neil Gorsuch, anunciado por Donald Trump para a vaga de Antonin Scalia.

No Brasil, a escolha de Alexandre de Moraes para a vaga de Teori Zavascki, no Supremo Tribunal Federal, não seguiu um manual estabelecido. Nem a dele nem a dos dez integrantes da Corte nem a dos 156 que os antecederam desde 1891.

Nosso estilo é outro. Não há um processo. Os nomes saem de consultas informais feitas pelo presidente e pelos auxiliares que se envolve na seleção.

A sabatina no Senado não é tida como fonte de preocupação. Pode ser mais demorada e tensa, como a de Edson Fachin, em 2015, que levou 12 horas, ou mais breve e suave, como a de Ricardo Lewandowski, em 2006, que durou só duas. Mas nada que preocupe.

Em 126 anos de STF, só cinco nomes foram rejeitados, todos no governo de Floriano Peixoto.

Segundo um ex-ministro do tribunal que passou pela sabatina, ali “há os que exibem um certo conhecimento jurídico e os que posam de independentes. Mas ninguém desafia as convicções e a visão de mundo do candidato”.

Na sabatina de Luiz Fux, em 2011, o então senador Marcelo Crivella, atual prefeito do Rio, lembrou que o ministro foi office-boy e o apresentou como um dos maiores juizes de seu tempo.

Na de Ellen Gracie, que ficou no Supremo de 2000 a 2011, os senadores se revezaram em elogios à sua inteligência e, dando vazão ao machismo, à sua beleza física.

“A senhora não veio ser sabatinada, veio ser homenageada”, declarou o senador José Agripino.

O Brasil teve, e tem, vários ministros admiráveis. Um bom desempenho na Corte, contudo, tem mais a ver com sorte do que com o processo de seleção.

EDUARDO OINEGUE, jornalista, é sócio da Análise Editorial, consultor de empresas e colunista da Rádio Bandeirantes e da Band News FM. Foi redator-chefe de “Veja” e diretor de redação da revista “Exame”

08 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Em estreia na Lava Jato, Fachin mantém ex-assessor na cadeia

Ministro foi sorteado para relatar operação em 2 de fevereiro

DE BRASÍLIA

Em sua estreia como relator da Lava Jato, o ministro Edson Fachin votou pela manutenção da prisão de João Cláudio Genu, antigo assessor do ex-deputado federal José Janene, morto em 2010 e um dos mentores do esquema de corrupção na Petrobras, segundo os investigadores.

Preso desde maio de 2016 por determinação do juiz Sérgio Moro, Genu foi condenado em dezembro a oito anos e oito meses de prisão por 11 crimes corrupção passiva e associação criminosa.

Em seu voto, Fachin afir-

mou que a prisão deveria ser mantida pelos mesmos argumentos apresentados em 2016 pelo antigo relator, Teori Zavascki, morto em acidente aéreo em 19 de janeiro: que o tipo de ação pedida para conceder liberdade de prisão não é juridicamente adequada.

O voto de Fachin foi seguido pelos outros quatro ministros que compõem a Segunda Turma do STF: Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello.

A primeira sessão sem Teori Zavascki teve homenagens a ao ministro e a recepção Fachin, que em 2 de fevereiro, ele foi sorteado e virou

o novo relator da operação.

Presidente da Segunda Turma, o ministro Gilmar Mendes disse que Fachin fez um gesto "republicano e altruísta" ao solicitar a mudança de Turma.

A atuação de Fachin vai contar com o reforço do juiz Paulo Marcos de Farias. Ele, que trabalhava com Zavascki, aceitou o convite do para integrar a equipe do novo relator e trabalhar junto com os outros dois juizes do gabinete: Ricardo Rachid e Camila Plentz.

O ministro já se reuniu com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para conversar sobre a Lava Jato.

(LETÍCIA CASADO)

Em ascensão, advogada-geral é citada em conversas no Planalto

Grace Mendonça já havia sido cotada para vaga no Supremo

DE SÃO PAULO

A advogada-geral da União, Grace Mendonça, entrou no rol de nomes citados para ocupar a pasta da Justiça no lugar de Alexandre de Moraes, indicado pelo presidente Michel Temer (PMDB) para o Supremo Tribunal Federal.

A opção por Grace foi discutida em reuniões internas do governo nesta terça (7), mas por ora um eventual convite parece ainda estar no reino dos balões de ensaio.

Aos 48 anos, Grace é uma figura em ascensão no poder federal. Quando o ministro Teori Zavascki morreu em um acidente de avião em janeiro, seu nome chegou a ser especulado para a vaga, afinal destinada a Moraes.

Apesar de ela ter sido filia-

da por 19 anos ao PSDB, Grace não entraria na cota do partido se fosse escolhida. O mesmo raciocínio vale para um nome bem cotado para a Justiça, o da ex-ministra do Supremo Ellen Gracie, que ainda é filiada à sigla.

Em favor de Grace, além da reputação de precisão, há a questão do gênero. Ela já havia sido a primeira mulher nomeada para o gabinete de Temer, que sofre diversas críticas pela composição majoritariamente masculina e sem diversidade étnica.

Especialista em direito civil e constitucional, ela se formou por uma instituição sem grande tradição no meio jurídico fora de Brasília, o Centro Universitário do Distrito Federal.

A escolha para a Justiça é

especialmente difícil. A pasta comanda a Polícia Federal, no centro das ações da Lava Jato, e qualquer indicação será escrutinada sob o ponto de vista de interferência ou não na operação.

Isso é central para afastar um político mais convencional do PSDB ou do PMDB do perfil desejado, dado que os partidos estão citados na Lava Jato. Moraes é tucano, mas destacou-se na área da segurança pública.

Este setor, aliás, crescentemente traz problemas para o colo do ministério, como a crise penitenciária de janeiro e as intervenções da Força Nacional em Estados convulsionados. Isso torna a pasta pouco atrativa para quem quer projeção e retorno eleitoral. (IGOR GIELOW)

08 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Projeto que tira poder do TSE avança na Câmara

Texto veda punição a problema com contas

Na primeira votação de 2017, o plenário da Câmara aprovou nesta terça-feira (7) a tramitação em regime de urgência de projeto de lei que veda a possibilidade de o TSE punir partidos que não apresentem ou tenham rejeitada a prestação de contas anual.

O texto revoga o artigo da Lei dos Partidos Políticos que dá ao tribunal a função de dar instruções para detalhar o funcionamento da lei.

Com a aprovação da tramitação em regime de urgência, o projeto pode ir a votação já nesta quarta-feira (8).

Contra o projeto, o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) diz ver possibilidade de que partidos envolvidos na Lava Jato fiquem livres de punição por omissões na contabilidade enviada à Justiça. "Eles adoram fazer piquenique na boca do vulcão", disse.

O principal foco da Lava Jato é a investigação do desvio de dinheiro da Petrobras para políticos e partidos.

No ano passado, a Câmara já havia tentado aprovar a toque de caixa projeto de anistia aos congressistas alvos da Lava Jato. Diante da repercussão negativa, a medida acabou sendo engavetada.

O projeto foi apresentado em 2016 pelo então deputado Maurício Lessa (PR), hoje ministro dos Transportes. Ele atende a uma reivindicação de partidos e congressistas que dizem ver interferência indevida da Justiça Eleitoral em questões internas das siglas. (RANIER DRAGON, DANIEL CARVALHO E DIMMI AMORA)

PAINEL

Na paz Diante da inclusão de Ellen Gracie e Carlos Ayres Britto na lista de cotados para o Ministério da Justiça, pessoas próximas a Temer ponderam que ambos têm perfil "pacífico demais" para a turbulência pela qual a pasta passa com a crise prisional.

Sete chaves Parte da família de Eduardo Cunha nunca soube do aneurisma que o ex-deputado revelou nesta terça (7) em audiência com o juiz Sergio Moro. Só foi informada depois de sua prisão.

Follow-up Advogados de Lula escreveram aos deputados americanos que se solidarizaram com o ex-presidente. Dizem que seus direitos têm sido "sistematicamente violados" e prometem mantê-los informados do caso.

De olho Também chamam a atenção dos congressistas e se dizem preocupados com a informação de que o Departamento de Justiça americano poderia ter violado termos do tratado de cooperação criminal com o Brasil.

Vida que segue Preterido na sucessão no STF, Ives Gandra Filho, do TST, estará na Fundação FHC na sexta (10) para um debate sobre a reforma trabalhista. Dividirá a mesa com Ricardo Patah, presidente da UGT, e o economista Helio Zylberstajn.

MÔNICA BERGAMO

QUERO PAZ

Entre os motivos alegados por Temer para que ele escolhesse Moraes está o de que, além de evitar descontentar os ministros de outra corte, o STJ (Superior Tribunal de Justiça), que também estavam no páreo, ele evitou tirar um deles de lá. Com isso, afastou nova guerra, para indicação de um substituto.

PAINEL DO LEITOR

Moraes no STF

"Em tese de doutorado [...], ele defendeu que fossem impedidos de assumir a vaga no STF os que exercem cargos de confiança durante o mandato do presidente da República em exercício" ("Temer cede a partidos e indica ministro da Justiça ao STF", "Poder", 7/2). Se o ministro da Justiça tivesse o mínimo de hombridade, declinaria da indicação. Qual a credibilidade que podemos conferir a uma decisão proferida por uma pessoa que diz uma coisa e faz exatamente o contrário?

TSUNETO SASSARI (São Paulo, SP)

É natural que ocorra o desgaste do governo em relação à indicação de Alexandre de Moraes para o Supremo Tribunal Federal, afinal parece caracterizar um irremediável conflito de interesses, por razões de domínio público. O que não é natural é não haver na governança do Planalto a exigência de um período de carência de algo como um ano nas indicações para cargos e funções, necessário à transparência, exatamente para evitar desgastes e desconfiâncias.

JOÃO C. ARAÚJO FIGUEIRA (Rio de Janeiro, RJ)

Não entendo por que tanto esparceio em relação à indicação de Alexandre de Moraes para o STF. Esqueceram-se de Dias Toffoli e de Ricardo Lewandowski? O primeiro era advogado do PT e o segundo é amigo pessoal da família de Lula. Ambos têm conhecimento jurídico muito inferior ao do atual indicado. Não existe escolha de pessoas que não seja, em essência, política.

RADOLCO CÂMARA GUIMARÃES (São Paulo, SP)

A nomeação de mais um ministro ligado a partidos políticos não apenas apequena nossa mais alta corte como coloca a Operação Lava Jato nos trilhos de um acordão.

TEOTIMIO LARA (Belo Horizonte, MG)

O presidente Michel Temer mostrou a que veio: estancou a sangria com a nomeação de Alexandre de Moraes para o Supremo Tribunal Federal. Pobre país...

MARIA HELENA BEAUCHAMP (São Paulo, SP)

08 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

Justiça concede prazo para defesa de delatores apresentar gravação

O juiz Juliano Nanuncio determinou ao cartório que junte ao processo da Publicano 4 todos os termos e gravações já disponibilizados pelo MP

PUBLICANO

Justiça acata pedido feito pela defesa de delatores e concede prazo para apresentação de possíveis gravações de depoimentos ainda não juntadas pelo MP aos processos



O juiz Juliano Nanuncio também suspendeu a realização de novas audiências na Publicano 4 até que as diligências sejam concluídas

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA 08 FEV 2017

CONTINUAÇÃO

Edson Ferreira
Reportagem Local

O juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, acatou pedido feito pela defesa dos réus colaboradores da Operação Publicano, Luiz Antonio de Souza e de sua irmã, Rosângela Semprebom, e concedeu prazo para apresentação de possíveis gravações de depoimentos ainda não juntadas pelo Ministério Público (MP) aos processos que tramitam no Judiciário. O pedido foi feito pelo advogado Eduardo Duarte Ferreira na audiência de segunda-feira (6), quando ele reforçou a manifestação de Souza e de Rosângela, que alegaram “alterações” em suas declarações prestadas na fase investigatória. Disseram que somente falariam sobre fatos referentes à denúncia após terem acesso a todo o material.

Diante das alegações de Ferreira e de vários outros advogados dos demais réus sobre a suposta existência de áudios e vídeos desconhecidos pelos defensores, o magistrado também determinou ao cartório que junte ao processo da Publicano 4 todos os termos e gravações já disponibilizados pelo MP; “embora se frise que tais acessos sempre foram permitidos pelo Juízo”, escreveu Nanuncio. Com a decisão, proferida nesta terça-feira (7), o juiz também suspende a realização de novas audiências até que as diligências sejam concluídas.

Assim como os servidores da 3ª Vara Criminal concluírem a ordem judicial, será aberto prazo de dois dias para a defesa de Souza e de Rosângela apresentar a alegada nova prova. O juiz, entretanto, defendeu cautela na análise das

acusações feitas pelos réus contra o MP sobre alterações no teor dos seus depoimentos. Lembrando que os dois já foram interrogados no âmbito da fase um da Publicano – que resultou na condenação de 42 pessoas – Nanuncio registra que ambos corroboraram nos interrogatórios o que haviam declarado na fase investigatória, “não tendo sido apresentada nenhuma distorção”.

Conforme a FOLHA noticiou nesta terça-feira (7), no primeiro dia de interrogatórios da fase quatro da Operação Publicano, o ex-auditor da Receita Estadual de Londrina Luiz Antonio de Souza protagonizou impasse com o MP ao acusar promotores de Justiça por suposta “investigação seletiva” a respeito da existência de organização criminosa no órgão estadual. Advogados de outros réus pediram a nulidade do processo e ilicitude da prova, o que foi negado pelo juiz. Nanuncio deferiu pedido da defesa do ex-delegado da Receita, Marcelo Muller Melle, para envio das gravações à Procuradoria-Geral de Justiça.

Em audiência, o MP confirmou que não existem gravações em áudio e vídeo de todos os depoimentos dos delatores e reiterou que todo o material existente já está juntado aos autos. Embora a defesa tenha apontado ilegalidade na tomada de depoimentos sem captação de imagem e som dos delatores, o juiz esclareceu que as gravações no âmbito de acordo de colaboração premiada não são indispensáveis, devendo ser realizada “sempre que possível”.

08 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

Lula pede ao STF correção de 'erro histórico' em suspensão de nomeação

Rafael Moraes Moura e
Breno Pires
Agência Estado

Brasília - A defesa do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que corrija o "erro histórico" que alega ter sido cometido com a suspensão da sua nomeação e posse como ministro-chefe da Casa Civil no governo Dilma Rousseff. O petista quer que o caso seja analisado pelo plenário da Corte.

O pedido de Lula foi feito na segunda-feira (6) no âmbito de um mandado de segurança impetrado pelo PPS contra a nomeação e posse do petista para o cargo de ministro-chefe da Casa Civil em março de 2016.

Na época, o Palácio do Planalto promoveu uma cerimônia em que a então presidente Dilma Rousseff empossou o ex-presidente como titular da Casa Civil, em uma tentativa de reorganizar a base aliada e conter o avanço do processo de impeachment no Congresso. Investigado pela Operação Lava Jato, Lula também ganharia foro privilegiado na condição de ministro, saindo da alçada do juiz federal Sérgio Moro.

A posse de Lula, no entanto, foi suspensa um dia depois da solenidade por liminar do ministro Gilmar Mendes, do STF. Gilmar alegou

que a nomeação do petista poderia representar uma "fraude à Constituição", com indícios de que a nomeação de Lula tinha como objetivo que as investigações contra ele fossem levadas ao STF, e não mais tocadas por Moro.

Gilmar também considerou que um telefonema gravado entre Lula e Dilma, tornado público, mostrou que ambos tinham receio de que o petista fosse preso, o que teria feito a então presidente enviar um termo de posse ao padrinho político antes mesmo da realização da cerimônia oficial no Planalto. O ministro já havia rejeitado um recurso apresentado pela defesa do petista, que agora pede que um outro recurso seja analisado pelo plenário.

"Relembre-se, por oportuno, que o Peticionário, à época dos fatos, preenchia todos os requisitos previstos no artigo 87 da Constituição Federal para o exercício do cargo de ministro de Estado, além de estar em pleno exercício de seus direitos políticos, pois não incidente em qualquer das hipóteses previstas no art. 15 da Carta da República. O Peticionário, ademais, sequer era indiciado, denunciado ou mesmo réu em ação penal", destaca a defesa do petista.

DELAÇÃO

A nova manifestação de Lula foi feita depois de o presidente Michel Temer nomear Moreira Franco para a Secretaria-Geral da Presidência, posto recriado pelo peemedebista por medida provisória. Petistas acusam Temer de recriar a pasta para conferir foro privilegiado ao aliado, citado em delação premiada do ex-executivo da Odebrecht Claudio Melo Filho.

O partido Rede Sustentabilidade impetrou um mandado de segurança pedindo ao STF a suspensão da nomeação de Moreira Franco. No processo, a Rede Sustentabilidade destaca a decisão de Gilmar Mendes contra Lula.

"O sr. Moreira Franco, assim como Lula, foi destinado às pressas para um ministério, agravado pelo fato de que, neste caso, foi criado sem razões de interesse público que o justifiquem; (...) referida manipulação acontece com o único intuito de conferir-lhe foro por prerrogativa de função após os desdobramentos da operação Lava Jato", sustenta o Rede Sustentabilidade.

Claudio Melo Filho afirmou em seu anexo de delação premiada com a força-tarefa da Operação Lava Jato que tratou com Moreira Franco de negócios da empreiteira na área de aeroportos. Também citou "pressão" por parte de Moreira Franco em negócios de aeroportos.

08 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Barragem montada

Com a indicação de Alexandre de Moraes para a vaga do STF, o governo federal consolida a barragem para investidas possíveis da Justiça. Com a eleição dos presidentes da Câmara e do Senado, ambos enrolados na Lava Jato, e agora com a nomeação de Moreira Franco, também listado na torrente da Odebrecht, e com o novo ministro do STF no posto de revisor dos tão esperados procedimentos consequentes às delações, percebeu-se que Michel Temer, também referido, não está brincando em serviço.

É claro que há também o condimento patriótico da possível missão restauradora do governo com o programa das reformas e o retorno ao desenvolvimentismo, uma aspiração geral para um país até aqui no sufoco. Aí, entra a série de notícias alentadoras, aqui e ali sugerindo sinais de melhora com um cenário apropriado para afirmar que tudo estaria bem desde que não houvesse o empecilho da Lava Jato e seus efeitos devastadores na economia e na política. Tudo estaria no disparo para um bom resultado não fosse a consciência, hoje dominando a Nação, de que é preciso fazer de tudo para que seja completada a missão depuradora que abre ao país, pela vez primeira em sua história, a possibilidade de instalar um ordenamento para pôr fim à corrupção endêmica que nos desmoraliza e afunda.

Se o governo está atento em seu esforço de mobilização, o outro polo, o da acusação, também reage com o pleito da Procuradoria Geral da República solicitando investigação contra os senadores Romero Jucá e Renan Calheiros e o ex-presidente José Sarney por tentativa de obstrução da Lava Jato, conforme a delação do ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado.

A barragem está montada, como igualmente se deu com a de Mariana e seu tsunami de lama, e se isso se presta a metáforas não se pode, em hipótese alguma, subestimar o peso das amarras oficiais, ao qual não se deve atribuir a condição de jejuno no xadrez político.

Novela

A Operação "Pecúlio", de Foz do Iguaçu, teve novos lances ontem com o habeas corpus em favor de uma vereadora e a designação dos suplentes de cinco deles, encanados.

Publicano

Declarações de delatores da Publicano, Luiz Antonio de Souza e a irmã dele, Rosângela Semprebom, sincronizadas acusando o Ministério Público de "investigação seletiva" causou algum impacto no início dos interrogatórios anteontem. Advogados, valendo-se da deixa, já pleitearam a anulação de toda a denúncia. Uma aspiração como a dos que conspiram contra a Lava Jato tentando melá-la.

08 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

66

Não houve críticas, só elogios!

Presidente Michel Temer sobre a escolha de Alexandre de Moraes para o STF

Mariz, Serraglio e Anastasia disputam a Justiça

Desde a indicação de Alexandre de Moraes para o Supremo Tribunal Federal, o presidente Michel Temer procura um nome para substituí-lo no Ministério da Justiça. Três se destacam: o célebre advogado Mariz de Oliveira, amigo do presidente, que esteve cotado, além do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) e Osmar Serraglio (PMDB-PR), que, preterido para a Mesa da Câmara, lutava para ser Líder do Governo.

OPINIÃO DO LEITOR

Nomeação de Alexandre de Moraes

A nomeação do ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, para o STF evidencia como Temer se fez refém da classe política: governa não para o povo, mas para meia dúzia de partidos que dominam o Congresso Nacional. Se levasse em consideração a população brasileira, Temer teria indicado Ives Gandra Filho, evidentemente o mais preparado e livre de conchavos políticos. Apesar da competência de Moraes na área constitucional, não era o momento para sua nomeação. O presidente perdeu a grande chance de mostrar que havia o mínimo de coerência e credibilidade em seu governo. Acovardado, Temer está rendido. É o fim de seu mandato.

EDVALDO BETIOLI FILHO (diácono) – Cornélio Procópio

GAZETA DO POVO

Indicado ao STF, Moraes é suspeito para julgar casos da Lava Jato

Ligação com acusados torna Moraes suspeito para julgar casos da Lava Jato

08 FEV 2017

O ministro Alexandre de Moraes é próximo ao presidente Michel Temer, citado na Lava Jato em delações ainda sob análise da Justiça.

Atual ministro da Justiça já foi advogado do ex-deputado Eduardo Cunha e é amigo de longa data do presidente Michel Temer. Ontem, Moraes se desfilou do PSDB

Kelli Kadamus

● A indicação do ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, para o Supremo Tribunal Federal (STF) pode causar desconforto em alguns julgamentos no plenário da Corte. Se aprovado pelo Senado, ele vai integrar a Primeira Turma do STF e só deverá ter contato com processos relacionados à Lava Jato que chegarem para apreciação no plenário. De acordo com o regimento interno da Corte, Moraes será o revisor da Lava Jato no plenário, pois é o ministro mais novo no STF depois do relator Edson Fachin. Ainda assim, Moraes estaria impedido ou suspeito para julgar casos envolvendo principalmente o ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB) e o presidente Michel Temer (PMDB), que já foi citado em delações premiadas ainda não homologadas.

No final de 2014, o ministro atuou como advogado de Cunha em um processo no STF em que o ex-deputado era acusado de uso de documento falso. Por isso, o bom senso manda que Moraes se declare impedido de julgar casos relacionados ao peemedebista que cheguem ao Supremo. “A relação da advocacia é uma relação de confiança, que acaba gerando uma lógica de impedimento”, explica a professora de Direito Constitucional da PUCPR Vivian Valle.

Caso Moraes não tome essa atitude, o pedido de impedimento pode ser feito pelo procurador-geral da República Rodrigo Janot. “Não julgar causas em que o Eduardo Cunha esteja presente me parece óbvio. Se vê pela relação de confiança que ele [Moraes] não teria a devida isenção”, explica Vivian.

Amigo de Temer

No caso de Temer, a “saia justa” pode ser ainda maior, já que foi indicado pelo presidente da República para o cargo. Moraes também precisaria se declarar suspeito para julgar causas envolvendo Temer, pela relação de amizade entre os dois. “Há suspeição se for amigo íntimo ou inimigo das partes”, diz Vivian.

A amizade com o presidente, porém, pode não afetar o julgamento de Moraes, segundo a professora da PUCPR. “Não necessariamente estamos falando em uma atuação pró-Temer ou pró-amigos do Temer”, diz. “Há que se considerar uma situação, a Corte muda as pessoas”, explica Vivian.

Recentemente, por exemplo, o ministro Fachin, indicado pela ex-presidente Dilma Rousseff, se posicionou contrário ao recurso de Dilma em relação ao processo de impeachment. O mesmo aconteceu na década de 1990, quando o ministro Celso de Mello, indicado pelo ex-presidente Fernando Collor, também foi contrário ao recurso contra a cassação dele na época.

Filiação partidária

Embora tenha oficializado ontem o pedido de desfiliação do PSDB, o vínculo partidário de Moraes também deve gerar desconfortos na Corte. O ministro da Justiça já foi filiado também ao PMDB e ao DEM, partidos que, assim como os tucanos, têm membros citados na Lava Jato. “É uma nomeação que está nitidamente carregada de uma opção política, em um momento infeliz. É uma opção ruim, no mínimo, do ponto de vista do momento processual da Lava Jato”, critica a professora da PUCPR.

Moraes era filiado ao PSDB desde dezembro de 2015.

CONTINUA

'NÃO ACHO NADA' INDICAÇÕES POLÊMICAS

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, não quis fazer comentários sobre a indicação de Alexandre de Moraes para o Supremo Tribunal Federal. Perguntado sobre o que achava da indicação, Janot foi curto e grosso: "Não acho nada".

MAGISTRATURA

Juizes defendem mudança na indicação de ministros do STF

BRASÍLIA

Estadão Conteúdo

● O presidente da Associação de Magistrados Brasileiros (AMB), Jayme de Oliveira Neto, manifestou-se a favor da mudança na forma como são escolhidos os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição prevê que cabe ao presidente da República, após aprovação do Senado, nomear os ministros da Corte. O presidente da AMB defende, por exemplo, que o próprio STF inicie o processo de indicação ao montar uma lista triplíce. "A lista seria depois encaminhada ao presidente, que selecionaria o nome e encaminharia ao Senado. Esse é o tipo de proposta, por exemplo, que envolve os três poderes na indicação", disse Oliveira, que elogiou a indicação de Moraes. "Evidentemente, como ele atua na política, tem quem goste e quem não goste. Mas, juridicamente, ele é uma pessoa preparada para assumir o cargo." Para Oliveira, no entanto, relações políticas é um motivo a mais para mudar a forma de indicação atual, que "sempre vai poder deixar uma margem de se dizer que houve gratidão. Mas a história do Supremo mostra que, depois de nomeados, eles são como devem ser: independentes", observou.

Primo de presidente, homem de confiança e advogado de partido. Recorde três nomes polêmicos indicados ao STF antes de Alexandre de Moraes:

MARCO AURÉLIO MELLO

Apesar de ter sido corregedor-geral da Justiça do Trabalho e ministro do Tribunal Superior do Trabalho no início da década de 1990, a indicação de Marco Aurélio Mello para o STF causou polêmica devido à origem familiar dele. O ministro é primo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, que governava o Brasil na época e foi o responsável por sua indicação. Marco Aurélio assumiu a vaga deixada pela aposentadoria de Carlos Alberto Madeira, em 1990.

NELSON JOBIM

Antes de entrar no STF, Nelson Jobim foi ministro da Justiça no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1994. Foi homem de confiança do presidente e só deixou o ministério ao ser indicado por FHC para a vaga na Suprema Corte, em 1997. Advogado de formação e professor de Direito, ocupou o cargo de ministro no STF depois de dez anos dedicados à carreira política.

DIAS TOFFOLI

Então advogado-geral da União, José Antônio Dias Toffoli foi indicado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Toffoli havia trabalhado como advogado do próprio Lula e do PT em duas eleições. Os questionamentos sobre o nome dele também abrangeram requisitos subjetivos para um ministro do STF — notório saber jurídico e reputação ilibada. Formado em Direito pela Universidade de São Paulo, Toffoli não possuía mestrado nem doutorado. Também não havia escrito livros ou publicado teses. Na década de 1990, reprova duas vezes em concursos públicos para o cargo de juiz.

08 FEV 2017

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



08 FEV 2017

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

BIA MORAES | INTERINA

Confronto jurídico 1

Foi polêmica a passagem do ministro do STF, José Antônio Dias Toffoli, por Curitiba, anteontem. Saíram faíscas entre Toffoli, que veio para a posse do desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira como presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), e o presidente da OAB-PR, José Augusto Araújo de Noronha.

Confronto jurídico 2

Em sua fala, Noronha disse que espera das cortes superiores a mesma celeridade e eficiência do TRE-PR. "Aqui os processos são julgados muito mais rapidamente e gostaríamos dessa melhora também nas cortes superiores", declarou. Dias Toffoli rebateu, afirmando que não é na tribuna de uma solenidade que se resolvem essas questões. "Vamos resolver os problemas do Brasil com pessoas íntegras, como o desembargador Xisto Pereira, os integrantes do Tribunal Regional do Estado, os advogados e os integrantes do Ministério Público do Paraná".

Confronto jurídico 3

Entre uma boa parcela de políticos, juristas e advogados que estiveram na solenidade, ficou a impressão de que Toffoli faltou ao respeito para com a comunidade jurídica paranaense. O ministro do STF também disse que há uma intenção de criminalizar os políticos, e que isso estaria atizando uma revolução no país. O novo presidente do TRE-PR, por sua vez, afirmou que a intenção é combater os maus políticos.



Dias Toffoli foi ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) até 2016.

08 FEV 2017

GAZETA DO POVO

Cunha diz a Moro que Temer discutiu indicações do PMDB para a Petrobras

Em seu primeiro depoimento na ação em que é réu, ex-presidente da Câmara dos Deputados contraria versão de presidente da República

SÃO PAULO E CURITIBA

Estadão Conteúdo

● Em depoimento ao juiz Sergio Moro, o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB) afirmou que o presidente Michel Temer participou, em 2007, de uma reunião com a banca do PMDB para discutir as indicações do partido para diretorias da Petrobras. O deputado cassado contrariou a versão apresentada por Temer em sua manifestação como testemunha de defesa arrolada pelo próprio Cunha.

O ex-presidente da Câmara — preso preventivamente desde outubro do ano passado — foi interrogado ontem, pela primeira vez como réu da Operação Lava Jato na primeira instância. Na ação penal que responde na Justiça Federal em Curitiba, Cunha é acusado de corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas por receber propina oriunda de um negócio fechado pela Petrobras em Benin, na África, e manter o dinheiro em contas secretas na Suíça.

“Fui comunicado (sobre a reunião), tanto eu como Fernando Diniz (ex-presidente do PMDB de Minas, morto em 2009), na época, pelo próprio Michel Temer e pelo Henrique Alves (ex-deputado e ex-ministro). O Michel Temer esteve nessa reunião junto com (o ex-ministro) Walfrido dos Mares Guia”, disse Cunha em resposta a um questionamento de sua própria defesa.

Segundo ele, a reunião foi convocada por causa do “desconforto que existia com as nomeações do PT de Graça Foster para a Diretoria de Gás e José Eduardo Dutra para a presidência da BR Distribuidora terem sido feitas sem as nomeações do PMDB terem sido feitas”. De acordo com o deputado cassado, “houve uma revolta da bancada do PMDB na votação da CPMF” na época. Temer era o presidente nacional do PMDB na ocasião.

No depoimento por escrito a Moro, Temer declarou que “não houve essa reunião”, citada em denúncia da força-tarefa da Lava Jato contra Cunha.

Cunha disse a Moro que a “resposta do presidente Michel Temer nas perguntas está equivocada”. “Ele (Temer) participou sim da reunião e foi ele que comunicou a todo nós o que tinha acontecido na reunião, porque não era só o cargo da Petrobras, era outras várias discussões que aconteciam no PMDB.”

Cunha declarou ainda que costumava se reunir semanalmente com Temer e outros coordenadores do PMDB para “debater e combinar toda situação política”. “Tudo era reportado, sabíamos de tudo e de todos.”

CONTINUA

GAZETA DO POVO 08 FEV 2017

CONTINUAÇÃO

Dinheiro no exterior

O deputado cassado disse ainda que os recursos que mantinha em contas no exterior administradas por trustes eram usadas como investimento, uma "aplicação". De acordo com o ex-parlamentar, os valores só eram usados para consumo e viagens ao exterior — e, portanto, não foram utilizados no Brasil.

"Há vários momentos nessa situação. Em todas usava como se fosse uma caderneta de poupança", disse Cunha durante o interrogatório que durou três horas.

Cunha, no entanto, afirmou que o dinheiro é de origem lícita e negou envolvimento em negócios da petroleira ou recebimento de propina. Ele voltou a afirmar que é beneficiário de contas administradas por trustes. O peemedebista ainda disse manter as contas há mais de 25 anos e, segundo ele, uma delas é registrada no divórcio de seu primeiro casamento, em 1996.

"SOLUÇÃO MICHEL"

No pedido de instauração de inquérito por obstrução à Lava Jato contra os peemedebistas José Sarney, Renan Calheiros e Romero Jucá, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, cita a "solução Michel" — suposto "acordão" entre os peemedebistas para alçar Michel Temer à Presidência da República, a partir do impeachment de Dilma Rousseff, com o objetivo de estancar as investigações sobre esquema de propinas instalado na Petrobras

"PRISÕES ALONGADAS"

O ministro Gilmar Mendes fez ontem críticas à condução da Operação Lava Jato pelo juiz Sergio Moro. "Temos um encontro marcado com as alongadas prisões que se determinam em Curitiba. Temos que nos posicionar sobre esse tema, que conflita com a jurisprudência que construímos ao longo desses anos", disse

Gilmar. A declaração foi dada no primeiro julgamento de processos da Lava Jato após o sorteio que definiu o ministro Edson Fachin como relator.

Ex-deputado disse ter aneurisma igual ao de Marisa Leticia

| *Kelli Kadanus*

● No depoimento prestado por três horas ao juiz Sergio Moro, o deputado federal cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) disse que tem um aneurisma igual ao que matou a ex-primeira-dama Marisa Leticia na semana passada, após um Acidente Vascular Cerebral (AVC). Segundo o ex-parlamentar, o local onde ele está preso não tem estrutura para atendê-lo caso ocorra uma emergência médica semelhante à vivida pela mulher do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"Eu gostaria também de dizer que eu sofro do mesmo mal que acometeu a ex-primeira-dama Marisa Leticia, um aneurisma cerebral. Aproveito até para prestar minha solidariedade à família pelo acontecimento", disse. "O presídio onde ficamos não tem a menor condição de atendimento se alguém passar mal. São várias noites em que presos gritam sem sucesso por atendimento médico e não são ouvidos pelos poucos agentes que lá ficam à noite", completou. O advogado de defesa de Cunha, Marlus Oliveira, disse desconhecer qualquer problema de saúde apresentado pelo ex-deputado

08 FEV 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Greca participa da posse do novo presidente do TRE



Rafael Greca participou da posse do novo presidente do TRE-PR o desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira

O prefeito Rafael Greca participou na segunda-feira da posse do novo presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), o desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira que assume o lugar de Luiz Fernando Tomasi Keppen. O desembargador Luiz Taro Oyama assume a vice-presidência e a corregedoria.

Em discurso, Xisto Pereira destacou a eficiência do TRE Paraná. “Na última eleição tivemos

o problema de não contar com dezenas de locais de votação por conta das escolas ocupadas, mas em uma semana o TRE conseguiu realocar mais de 700 mil eleitores, um trabalho exemplar dos funcionários”, disse.

Xisto Pereira também lembrou da modernização que está sendo implementada no Paraná: “Até o fim do ano, teremos mais de 80% eleitores cadastrados biometricamente, trazendo ainda mais segurança no processo de

votação.”

O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Antônio Dias Toffoli, também participou da solenidade e destacou a importância da democracia. “É um sacerdócio, você se dispõe a ir a público, ser candidato. Por isso parablenizo a classe política. Se nós vivêssemos em um ditadura, não teria sentido ter a Justiça Eleitoral, e aconteceu de 1937 a 1945 pois não havia eleições.”

08 FEV 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FÁBIO CAMPANA

Moro quer ouvir Renan

O juiz Sérgio Moro deu prazo de cinco dias para o que senador Renan Calheiros (PMDB-AL) escolha quando e como será ouvido como testemunha de defesa do ex-presidente Lula no processo que envolve o tríplex no Guarujá e o armazenamento do acervo presidencial, pago pela OAS. As informações d'O Globo.

Moro sugeriu três datas na primeira quinzena de março (dias 2, 7 e 15) para que a audiência seja realizada por videoconferência na sede da Justiça Federal no Distrito Federal. Informou ainda que, caso o Senado tenha equipamento próprio de vi-

deoconferência, é possível definir outras datas e, ainda, caso prefira, o senador poderá comparecer em audiência, pessoalmente, na Justiça Federal em Curitiba.

Lula é acusado pela força-tarefa da Lava-Jato por lavagem de R\$ 1,3 milhão pagos pela OAS para armazenar o acervo presidencial entre janeiro de 2011 e janeiro de 2016 em depósitos da Granero. Foram 21 pagamentos mensais de R\$ 21,5 mil e, segundo os procuradores, a quantia era proveniente de crimes praticados pela empreiteira em licitações da Petrobras.

“ A indicação de Alexandre Moraes não é uma imoralidade, é acima de tudo uma esculhambação da República”

Senador Requião, no Twitter

Aroldo Murá

ALEXANDRE DE MORAES X RENÉ DOTTI

Indicado para ocupar a vaga de Teori Zavascki, no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, defende com unhas e dentes a prisão do acusado após o julgamento em segunda instância. Pois o jurista curitibano René Dotti tem posição exatamente contrária. "Se é o caso de acabar com os recursos, acabe-se com o Direito", afirma.

08 FEV 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Lula pede que Gilmar Mendes reveja decisão que suspendeu sua posse

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva entrou na segunda-feira com um pedido no Supremo Tribunal Federal (STF) para que o ministro Gilmar Mendes reveja a decisão que suspendeu sua posse como ministro-chefe da Casa Civil do governo Dilma Rousseff, em março do ano passado.

No pedido, os advogados de Lula, Roberto Teixeira e Cristiano Zanin, classificam a decisão que suspendeu a posse de Lula como um “erro histórico cometido por esta Excelsa Corte [STF]”.

Lula, “à época dos fatos, preenchia todos os requisitos previstos no Artigo 87 da Constituição Federal para o exercício do cargo de Ministro de Estado, além de estar em pleno exercício de seus direitos políticos”, diz a defesa. “Ademais, [Lula] sequer era indiciado, denunciado ou mesmo réu em ação penal”, concluíram os advogados.

No dia 18 de março, Mendes atendeu a pedidos do PPS e do PSDB, que questionavam a posse do ex-presidente, e suspendeu o ato.

08 FEV 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Temer diz que ainda não tem previsão de quando indicará novo ministro

O presidente Michel Temer ainda não definiu um prazo para apresentar o nome do futuro ministro da Justiça e Segurança Pública. O secretário executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, José Levi, assumiu o cargo interinamente depois que Alexandre de Moraes foi indicado para a vaga do ministro Teori Zavascki no Supremo Tribunal Federal (STF). Zavascki morreu em um acidente em janeiro.

Após se encontrar ontem, no Palácio do Planalto, com o presidente da Argentina, Mauricio Macri, Temer foi perguntado sobre quando apresentará o nome do novo ministro da Justiça. "Será daqui a alguns dias", disse o presidente que,

em seguida completou: "muitos dias".

O despacho presidencial que encaminha o nome de Moraes para apreciação do Senado foi publicado no Diário Oficial da União de hoje. Se Moraes for aprovado pelos senadores, estará apto para ocupar o cargo de ministro do STF.

Também foi publicado o afastamento de Moraes do cargo de ministro da Justiça e Segurança Pública, pelo prazo de 30 dias, "para tratar de assuntos particulares". Moraes estava à frente do ministério desde maio de 2016, quando Michel Temer assumiu interinamente a Presidência da República durante o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

STF nega recurso contra Lava Jato

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou ontem recurso de um dos investigados na Operação Lava Jato, durante a primeira sessão após a morte do ministro Teori Zavascki. A reunião do colegiado também marcou a estreia de Edson Fachin, cujo voto manteve decisão anterior de Zavascki e foi seguido por unanimidade pelos quatro integrantes do colegiado.

Durante os debates, o ministro Gilmar Mendes disse que o colegiado deverá dis-

cutir a validade das prisões de investigados na operação. "Temos encontro marcado com as alongadas prisões que se determinam em Curitiba. Temos que nos posicionar sobre esse tema, que conflita com a jurisprudência que desenvolvemos ao longo destes anos."

A Turma rejeitou recurso protocolado pela defesa do ex-tesoureiro do PP João Claudio Genu, condenado a mais de oito anos de prisão pelo juiz federal Sérgio Moro em um dos processos da Lava Jato.

08 FEV 2017

BEMPARANÁ

A Conduta e o Direito Penal.

Réu pode ser ouvido por videoconferência na Sessão do Júri

• Jônatas Pirkiel _____

A oitiva de testemunhas e do próprio réu por videoconferência, o que é rotineiro na Justiça Federal, não se apresenta, a princípio, como afronta ao princípio do contraditório e da ampla defesa. Mas, antes de tudo, representa a utilização dos meios tecnológicos disponíveis para acelerar a tramitação processual e dar maior comodidade às partes no processo, além de representar redução de gastos para o próprio Estado.

Instituído como procedimento pela Lei 11.900/2009, ao incluir o § 2º e seus incisos, ao artigo 185 do Código de Processo Penal, a prática de ato processual por videoconferência, salvo exceções, vem se incorporando ao processo sem maiores restrições. Porém, há excepcionalidades que devem ser consideradas, quando a defesa, em especial em processos de competência do Tribunal do Júri, entende de fundamental importância a realização de audiência presencial.

Caso raro, que não teve este entendimento pelo Superior Tribunal de Justiça, ocorreu em pedido de "Habeas Corpus", feito pela Defen-

ria Pública do Estado do Rio de Janeiro, em favor de réu que foi submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, em cuja sessão o mesmo foi ouvido por videoconferência. O que provocou a reação da defensoria pública sob o fundamento de que: "...a realização da instrução criminal por videoconferência relativiza direitos e garantias fundamentais constitucionalmente previstas...", em particular como: "...instrumento para interrogar o réu em processo de competência do Tribunal do Júri..., afigurando-se, inclusive, como espécie de interferência na decisão dos jurados, no momento em que o Estado afirma que aquele réu que por eles será julgado é demasiadamente perigoso para estar naquela sala de audiências, o que não pode ser encarado com normalidade..."

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ao apreciar o pedido de HC, não reconheceu qualquer ilegalidade, entendendo que a decisão do juiz singular se encontraria motivada na alta periculosidade do agente..., segundo a defesa: "...lastreada tão somente em documento unilateral emitido pelo SIPEN..."

O ministro Humberto Martins, vice-presidente do STJ, em decisão monocrática, negou o pedido de liminar sob o fundamento de que "...a concessão de tal cautela de urgência exigiria demonstração concomitante da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora, e no caso não há plausibilidade...A decisão não merece nenhum reparo, já que reafirma a possibilidade da condução da audiência de presos de alta periculosidade, em respeito aos princípios da celeridade processual e da ordem pública, conforme previsão da audiência por videoconferência, instituída pela Lei 11.900/2009..."

Decisão que não se apresenta como razoável, visto que a ausência do réu pessoalmente para ser interrogado, além de uma excepcionalidade que não se justifica, prejudica inquestionavelmente o contraditório e a ampla defesa, e retira do próprio Conselho de Defesa a oportunidade do contato presencial, que muito contribui para a formação do seu juízo de valor sobre a personalidade do acusado.

*O autor é advogado criminalista
(jonataspirkiet@terra.com.br)

08 FEV 2017

BEMPARANÁ

PAINEL

Demissão

Adesão de servidor a Programa de Desligamento voluntário - PDV só é anulada quando houver prova de fraude. O entendimento é da 1ª Turma do TRF da 1ª Região.

Cópia e cola

Sentença copiada na íntegra de outro juiz é nula, pois afronta o princípio constitucional de que todas as decisões devem ser motivadas, além de descumprir o CPC que diz que os fundamentos são elementos essenciais da sentença. O entendimento é da 2ª Turma Recursal da Fazenda Pública dos Juizados Especiais da Justiça Estadual do Rio Grande do Sul.

Simplex

É ilegal a cobrança da alíquota de 10% sobre o FGTS nas demissões sem justa de empresas inscritas no Simplex, pois não há previsão legal. O entendimento do juiz da 20ª Vara Federal do Distrito Federal.

Previdência

A Associação dos Procuradores do Estado do Paraná - APEP, em parceria com a Associação Nacional - ANAPE, promove o I Congresso de Procuradores dos Estados da Região Sul no dia 17 de março, na sede da PGE, em Curitiba, com o tema central a "Reforma da Previdência".

Uber

Motorista de Uber não tem relação de emprego com a empresa dona do aplicativo. A decisão é do juiz da 37ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte.

Desconto

O convênio firmado pela Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná (CAA-PR) com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) oferece desconto de 12% a partir da segunda mensalidade para novas matrículas de advogados em cursos de pós-graduação nos campi de Curitiba, Londrina, Maringá e Toledo. Informações www.pucpr.br/pos.

Direito sumular

Súmula nº 568 do STJ- O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

Fachin mantém decisão de Teori

Em seu primeiro julgamento na condição de relator dos processos da operação Lava Jato, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou ontem, por negar um recurso apresentado pela defesa do ex-assessor do Partido Progressista João Cláudio Genu, condenado a oito anos e oito meses de prisão por corrupção e associação criminosa.

O julgamento do recurso de Genu foi feito na Segunda Turma do STF, colegiado que reúne, além de Fachin, os ministros Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Celso de Mello e Gilmar Mendes. Por unanimidade, o recurso de Genu foi rejeitado pela turma, que fez a sua primeira sessão do ano nesta terça-feira.

A defesa de Genu entrou no STF com um recurso contra decisão do ministro Teori Zavascki, que negou em 1º de dezembro do ano passado o seguimento da reclamação. Para os advogados da defesa, o juiz federal Sérgio Moro teria usurpado as competências do STF, por conduzir investigação contra Genu envolvendo fatos que já estariam sendo apurados em inquéritos que tramitam na Suprema Corte.

BEMPARANÁ

IZA ZILLI
Visita Ilustre

08 FEV 2017

A desembargadora Luislinda Valois foi nomeada Ministra do recém-criado Ministério dos Direitos Humanos no governo de Michel Temer. Ela é a primeira juíza negra do Brasil, e era secretária de Promoção da Igualdade Racial do Ministério da Justiça. O seu histórico é invejável e o seu dinamismo está registrado em suas realizações. Alegre, incansável e com simpatia contagiante, esta baiana deixa a sua marca por onde passa.



Luislinda Dias de Valois Santos foi homenageada em minha festa no mês de outubro de 2016 no Sheraton Four Points ao lado de personalidades



Tomou posse na Academia de Letras José de Alencar, aqui em Curitiba, ocupando a Cadeira nº 6 e já recebeu o título de embaixadora da paz da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2012



Ela esteve em Curitiba no fim de semana descansando e revendo amigos. Foi um prazer poder recebe-la em casa com Conceição Barindelli para um jantazinho intimo e super agradável

08 FEV 2017

BEMPARANÁ

Cunha diz a Moro que tem aneurisma

No primeiro depoimento, ex-deputado alega sofrer de mesma doença de Marisa

Após depor por três horas perante o juiz Sérgio Moro, na Justiça Federal em Curitiba, o ex-presidente da Câmara e ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB) leu uma carta de próprio punho na qual afirma que tem um aneurisma e que não tem condições de se tratar na prisão onde está detido atualmente. A audiência foi o primeiro interrogatório do peemedebista diante de Moro e começou por volta das 15 horas. Responsável por aceitar o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) ele levou um calhamaço de folhas para a audiência em Curitiba.

Ele reclamou da falta de tratamento na prisão onde está detido, no Complexo Médico Legal de Pinhais (região metropolitana de Curitiba) e pediu para responder o processo em liberdade. Cunha alegou ainda que os presos da



Cunha, no depoimento: ex-deputado alegou risco

operação correm “risco” nos presídios e classificou a investigação como “um processo político”, já que empresas estrangeiras não são punidas. “Estamos com um processo político aqui. Empresas estrangeiras, eu quero protestar, são poupadas de responsabilização e empresas brasileiras pagam milhões no exterior, além da perda de mercado”, declarou. “Que os verdadeiros

culpados sejam punidos, e respeitado o contraditório, a lei e o devido processo legal, e que não haja antecipação de cumprimento de pena por prisão cautelar, ao arrepio da lei”, apelou.

“O presídio onde ficamos não tem a menor condição de atendimento se alguém passar mal. São várias as noites em que presos gritam, sem sucesso, por atendimento

médico, e não são ouvidos pelos poucos agentes que lá ficam à noite”, afirmou.

Rebelião - O ex-deputado apontou que ele e outros presos na Lava Jato correm risco por estarem “misturados a presos condenados por violências inimizáveis” e lembrou que houve uma rebelião num presídio vizinho ao de Pinhais, no mês passado. “Tive tentativa de fuga lá. A própria rebelião de Piraquara foi ouvida por nós como se fosse dentro da prisão”, afirmou.

Até então, Cunha havia adotado o silêncio como estratégia. Oficialmente, ele não deu qualquer sinal à Polícia Federal e Ministério Público Federal de que quer colaborar com as investigações. Mas logo após ser preso, contrariando o criminalista Marlus Arns, de Curitiba, responsável por algumas das delações da Lava Jato.

SUPREMO

Alexandre de Moraes pede desfiliação do PSDB

O ministro da Justiça licenciado, Alexandre de Moraes, entregou na manhã de ontem, ao senador Aécio Neves (MG), presidente do PSDB, a sua desfiliação do partido. A informação é da assessoria do Ministério da Justiça. Moraes era filiado ao PSDB desde dezembro de 2015. Na segunda-feira, ele teve seu nome indicado pelo presidente Michel Temer para a vaga de Teori Zavascki no Supremo Tribunal Federal (STF). Para ocupar o novo posto, Moraes precisa ser sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e depois ter o nome aprovado na comissão e no plenário. Outros ministros filiados a partidos já foram indicados ao STF, a exemplo de Moraes. É o caso por exemplo, de Nelson Jobim e José Dias Tofolli.

Câmara de Curitiba avalia nova comissão sobre ônibus

Ideia é discutir sugestões para melhorar transporte; Casa aprova frente da mobilidade

Dezoito vereadores assinaram pedido propondo a criação de uma nova comissão especial na Câmara Municipal sobre o transporte coletivo de Curitiba. A ideia, segundo o grupo, é dar continuidade ao trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) realizada em 2013 pela Casa. Mas ao contrário da CPI, a nova comissão não teria um caráter investigativo, e sim de discussão e elaboração de sugestões para aprimorar o sistema. A iniciativa ainda terá que passar por análise da procuradoria e da comissão de Legislação da Casa antes de ser votada em plenário.

Segundo o vereador do PSD, Felipe Braga Côrtes, um dos autores da proposta, o objetivo “seria aproveitar a investigação já feita para contribuir com soluções, não no papel de crítica, mas de apresentar sugestões”. A CPI do Transporte que promoveu 28 reuniões e ouviu 26 pessoas, obtendo 110 horas de depoimentos, produziu um relatório final, enviado ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), à Prefeitura e ao Tribunal de Justiça. O documento dizia ser possível reduzir a tarifa alterando 15 itens que, na opinião dos parlamentares, constavam irregularmente na planilha de custos. “Depois o TCE referendou esses apontamentos num documento próprio”, diz Braga Côrtes.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

BEMPARANÁ

08 FEV 2017

Se for criada a comissão especial, ela terá duração de 180 dias, composta por 13 vereadores. Na época, a CPI propôs indiciamentos de mais de 60 pessoas por dois motivos: suspeita de fraude na licitação e sonegação fiscal. Havia a suspeita de formação de cartel, apropriação indébita e sonegação do Imposto Sobre Serviços (ISS), Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL). Segundo Braga Côrtes, além de cobrar desdobramentos ao relatório da CPI dos órgãos de controle, “a comissão especial serviria para entender as novas situações relacionadas ao transporte, como a possibilidade de usar o recurso do metrô em outras obras de mobilidade”. Frente - Além disso, em meio à discussão sobre o reajuste da tarifa de R\$ 3,70 para R\$ 4,25, os vereadores aprovaram ontem, a criação Frente Parlamentar da Mobilidade Sustentável. A proposta foi assinada por 16 dos 38 parlamentares. “Poderíamos absorver essas demandas e aprofundar o debate. Acho que existe espaço sim para a redução da tarifa”, defendeu o vereador Goura (PDT), um dos integrantes do grupo. O confronto entre manifestantes e policiais, durante as manifestações contra o aumento, na noite de quinta-feira, também foi motivo de discussão ontem no Legislativo municipal. “Era um movimento pacífico, que estava tranquilo. Mas parecia que a PM estava tocando cachorro, avançando com os carros”, alegou a vereadora Noêmia Rocha (PMDB). Já o líder do prefeito, vereador Pier Petruzzello (PTB), pediu que “a PM continue firme”, alegando que houve baderna e depredação do patrimônio público e privado.

08 FEV 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Cunha diz a Sérgio Moro que tem aneurisma cerebral

O deputado cassado e ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RR) disse que tem um aneurisma cerebral parecido com o que a ex-primeira-dama Marisa Leticia Lula da Silva tinha. Eduardo Cunha leu uma carta ao juiz federal Sérgio Moro, em que faz esta afirmação.

A carta foi lida no fim da audiência realizada na tarde desta terça-feira (7) na Justiça Federal do

Paraná, em Curitiba. A oitiva era sobre uma ação penal oriunda da Operação Lava Jato, em que o deputado cassado é réu.

"Eu gostaria de dizer que eu também sofro do mesmo mal que acometeu a ex-primeira dama Marisa Leticia, o aneurisma cerebral. Aproveito até para prestar à minha solidariedade a família pelo passamento", disse o ex-presidente da Câmara. ♥

Fachin confirma para hoje julgamento de recurso

O ministro Edson Fachin, novo relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), confirmou ter mantido na pauta para hoje (8) o julgamento em plenário de um recurso em que o ex-deputado Eduardo Cunha pede para ser solto.

Preso desde outubro do ano passado em Curitiba, Cunha e sua defesa tentam anular a prisão preventiva do ex-deputado, ordenada pelo juiz federal Sérgio Moro. A defesa alega que o próprio STF arquivou um pedido ante-

rior da Procuradoria-geral da República (PGR) para que ele fosse preso, pouco depois da cassação de seu mandato na Câmara, em setembro do ano passado.

A reclamação na qual Cunha pede para ser solto havia sido pautada para uma sessão da Segunda Turma do STF em dezembro pelo ministro Teori Zavascki, que era relator da Lava Jato no STF e morreu em um acidente aéreo no mês passado. No dia do julgamento, no entanto, o item foi retirado da pauta. ♥

Serraglio na Justiça

O PMDB e PSDB já disputam o comando Ministério da Justiça. Pelos tucanos, os cotados são os senadores Aloysio Nunes (SP) e Antonio Anastasia (MG). No Senado, os peemedebistas se reuniram com o presidente Eunício Oliveira (CE) para tratar do assunto, mas nenhum nome foi levantado. Já Câmara dos Deputados, a bancada do PMDB pode indicar deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) que presidiu a Comissão de Constituição e Justiça até o fim do ano passado.

Novo relator

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu ontem (7) que a relatoria das ações que tratam da investigação das contas das campanhas do PP, PT e PMDB será redistribuída eletronicamente entre todos os integrantes da Corte. Escolhido o novo relator, a investigação começará a tramitar. Ainda não há data definida para o sorteio.

Prisões em pauta

Na primeira sessão de um caso da Operação Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal) sem o ministro Teori Zavascki, o ministro Gilmar Mendes disse que a corte precisa discutir o tempo das prisões determinadas no Paraná. "Temos um encontro marcado com as alongadas prisões que se determinam em Curitiba. Temos que nos posicionar sobre este tema que conflita com a jurisprudência que desenvolvemos ao longo desses anos", disse Gilmar Mendes.

08 FEV 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

Ação judicial pra barrar aumento

Depois de o aumento da tarifa de transporte público ter causado revolta entre cidadãos de Curitiba, o deputado estadual Tadeu Veneri (PT), que também foi candidato à prefeitura na última eleição, decidiu ingressar com ação popular contra o reajuste de 14,9% que elevou a tarifa de R\$ 3,70 para R\$ 4,25, valor em vigor desde a última segunda-feira. Um dos argumentos da ação, protocolada esta semana na 3.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, é o princípio constitucional da razoabilidade, tendo

em vista que a correção da tarifa supera a inflação anual de 6,5%.

A ação aponta ainda a falta de transparência dos cálculos feitos pela prefeitura para chegar ao novo valor, que vigora desde o início desta semana. Outro questionamento na ação proposta por Veneri está na diferença entre a tarifa técnica de R\$ 3,66 (paga às empresas) e o que a prefeitura irá recolher a partir do aumento, fixada em R\$ 4,25. Segundo o petista, os R\$ 0,58 que serão arrecadados pela prefeitura até o dia 26, data

prevista para a divulgação da nova tarifa técnica, resultarão em uma receita extra de aproximadamente R\$ 8 milhões para a Urbs. O deputado sustenta na ação popular que "aumentar a passagem de ônibus gera reflexo não só para o usuário como para toda a população, pois de forma reflexa todos são afetados por esse aumento. Ao diminuir a renda disponível do trabalhador para o consumo e aumentar o custo das empresas, pode gerar ainda mais desemprego e recessão". (Da Redação)

CUNHA CLAMA A MORO POR LIBERDADE

Em depoimento ao juiz Sergio Moro, ontem, o deputado federal cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) disse que tem um aneurisma igual ao que matou a ex-primeira-dama Marisa Letícia na semana passada, após um Acidente Vascular Cerebral (AVC). Segundo o ex-parlamentar, o local onde ele está preso não tem estrutura para atendê-lo caso ocorra uma emergência médica

semelhante à vivida pela mulher do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "O presídio onde ficamos não tem a menor condição de atendimento se alguém passar mal. São várias noites em que presos gritam sem sucesso por atendimento médico e não são ouvidos pelos poucos agentes que lá ficam à noite", completou. Atualmente, o ex-presidente da Câmara está preso no Complexo Médico Penal (CMP), que fica em Pinhais. Ele está encarcerado desde o dia 19 de outubro do ano passado, sendo que ficou inicialmente na carceragem da Superintendência da Polícia Federal (PF) no Santa Cândida, sendo posteriormente transferido, sob protestos de seus advogados de defesa, ao CMP. Aproveitando a visita à Justiça Federal, os defensores de Cunha protocolaram um novo pedido de liberdade para o ex-deputado, que será analisado pelo juiz Sergio Moro. No final do depoimento, Cunha disse perante Moro que acredita que pode ser libertado, uma vez que a instrução processual chegou ao fim e ele não possui contas no exterior. Hoje o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) deve analisar uma reclamação protocolada pelos advogados de Cunha, que também pede a liberdade do ex-deputado.

NA ESTREIA

O novo relator da Lava Jato no STF, ministro Edson Fachin, manteve o julgamento de um recurso do deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) na pauta do plenário do STF de hoje.